



**JOSÉ JENIVALDO DE
MELO IRMÃO**

água, pobreza e políticas públicas: um
foco sobre o município de Piranhas,
sertão do São Francisco alagoano

Professor assistente
do Instituto Federal
de Educação,
Ciência e
Tecnologia de
Alagoas (Ifal) e
Universidade
Estadual de Alagoas
(Uneal)

RESUMO

O trabalho investiga as relações entre a existência de água que banha uma porção do semi-árido alagoano e um quadro de pobreza local persistente diante das políticas oficiais (Federal, Estadual, Municipal) e suas consequências sobre a realidade do município de Piranhas (AL). Aborda os fundamentos do desenvolvimento econômico e seu momento de crise, buscando elementos de um novo desenvolvimento em escala local. Mostra a forte relação entre o semi-árido alagoano com o rio São Francisco, para tratar do município de Piranhas e as respectivas ações oficiais e não oficiais implantadas ao longo dos últimos vinte anos. Consta-se que o modelo atual de desenvolvimento adotado no município propiciou a manutenção das desigualdades sociais, sendo necessária à implantação de um Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, mobilizando todos os atores sociais para criar planos locais integrados de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Crescimento econômico. Crise. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento local integrado e sustentável.

ABSTRACT

The study investigates the relations between the existence of water which surrounds a portion of the semi-arid Alagoas, and a picture of persistent poverty in the face of local political officials (Federal, State, Municipal) and its consequences on the reality of the municipality of Piranhas (AL). Covers the fundamentals of economic development and its moment of crisis, seeking evidence of a new development at the local level. Shows a strong correlation between the semi-arid Alagoas with the Sao Francisco to discuss the municipality of Piranhas and their actions official and deployed over the last twenty years. It is clear that the present model of development adopted in the county provided the maintenance of social inequalities, being necessary to the establishment of a Local Integrated Sustainable Development, involving all social actors to create local plans for integrated development.

KEY WORDS

Economic growth. Crisis. Sustainable development. Integrated local development and sustainable.

INTRODUÇÃO

O Nordeste na primeira metade do século XX possuía uma estrutura econômica baseada em duas vertentes agrícolas: a primeira, caracterizada pela produção para exportação e a segunda, pela produção de bens de subsistência. O Governo federal colocou em prática uma série de projetos, objetivando modernizar a economia brasileira em geral e a nordestina, em particular, e minimizar as desigualdades regionais. Na atualidade, observa-se que as causas reais da pobreza do Nordeste e, particularmente, da sua área mais frágil, o semi-árido não foram combatidas. As ações oficiais se repetem, beneficiando uma minoria e tratando com paliativos a grande maioria, por meio da distribuição de carros pipa e cestas básicas, da implantação de inócuas frentes de trabalho, além de fornecimento de créditos agrícolas insuficientes e inadequados.

Neste contexto, este trabalho estudou as relações entre a existência de água que banha uma porção do semi-árido alagoano e um quadro de pobreza local persistente, mesmo diante das políticas oficiais (federais, estaduais, municipais) e suas conseqüências sobre uma realidade local. A referida contradição motivou a escolha de um município alagoano, Piranhas, situado ao mesmo tempo, no semi-árido e às margens do rio São Francisco.

A ÊNFASE NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O processo de construção do pensamento econômico tem como marco histórico um fato ocorrido há mais de 10 mil anos – o desenvolvimento da agricultura – que contribuiu para eliminar paulatinamente a vida nômade, desenvolver atividades de produção, de distribuição e de consumo dos seres humanos. Para Barroso Filho (1995, p.12) “o que havia em termos de produção, distribuição e consumo começava a se organizar, sob lenta e bisonha administração das forças naturais, que impulsionavam a atividade econômica, em seu sentido mais restrito”.

Neste momento da história, possivelmente, inicia-se a separação das ciências da Ecologia e da Economia, em virtude dos pressupostos de que a riqueza deveria ser obtida a qualquer custo, incluindo invasão de outras nações ou o uso intensivo de recursos naturais.

De fato, as fases subsequentes do pensamento econômico ampliaram-lhe as distâncias do pensamento ecológico, tais como aquelas dos mercantilistas (século XV d.C) e dos Fisiocratas (XVI e XVII), norteados pela concepção de que a riqueza deveria ser, para o homem, o seu valor supremo. No século XVIII, em plena Revolução Industrial, surgem os Economistas Clássicos, preocupados com a teoria do valor das mercadorias (valor trabalho) e distribuição da riqueza nacional (salário, lucro e renda). Na metade do século XIX, surgem os Neoclássicos – empregando técnicas estatísticas e modelos matemáticos (cálculo diferencial e integral) para explicar a realidade e os fenômenos econômicos, implicando em mudanças na própria teoria econômica e nos aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento (BARROSO FILHO, 1995).

Essa nova teoria viria a perder sua hegemonia na década de trinta do século XX, em função da crise econômica que afetou os países ricos do mundo. A resposta ao problema veio por meio de uma nova escola de pensamento econômico, inspirada em John Maynard Keynes (Teoria do emprego, do juro e da moeda) trata-se do rompimento com as teorias neoclássicas, formulando o princípio da demanda efetiva. Contudo, as teorias não questionaram o sistema capitalista vigente, nem tampouco sua forma de produção centrada no crescimento econômico, na verdade buscou instrumentos para garantir sua vivência e expansão.

MODELOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: MEDIÇÃO E QUANTIFICAÇÃO

As teorias de desenvolvimento tinham como princípio básico enfatizar a sua dimensão econômica, não tratando de outras dimensões e utilizando, em sua maioria, variáveis agregadas definidas nacionalmente, tais como poupança e investimento. Além disto, essas teorias foram formuladas por pesquisadores europeus e norte-americanos, que desconheciam detalhadamente a situação interna e bem como as singularidades dos demais países, especialmente os em desenvolvimento. Ao considerarem apenas agregados nacionais, eles desprezavam problemas de interesse vital para os países em desenvolvimento, tais como a má distribuição de renda. Além disso, elas foram permeadas por generalizações e reducionismos econômicos, levando a resultados contestáveis e mesmos precários, quando deixaram de focalizar as questões ambientais, sociais

e políticas de cada contexto, como se pode observar nos modelos de crescimento apresentados sumariamente a seguir.

O economista Rostow, segundo Ackley (1989), lança na década de 1960, um modelo de crescimento econômico para ser aplicado em qualquer país, caracterizado pelas “etapas do crescimento econômico”, assim estabelecidas:

- a) sociedade tradicional; o estágio de transição;
- b) as condições para o deslanche (*take-off*);
- c) o deslanche;
- d) o impulso para a maturidade; e) o estágio de alto consumo de massa.

O teórico Colman (1983) critica esse modelo em função da ausência de maiores explicações quanto ao fim ou início das etapas, à questão da transição de uma condição anterior para outra.

Evsey Domar é o formulador de um importante modelo de crescimento – o “Domar” – baseado nos pressupostos da escola keynesiana, onde utiliza as relações entre a acumulação de capital e o crescimento. O economista R. F. Harrod desenvolveu a teoria do “modelo de crescimento de Harrod”, reconhecendo o problema do crescimento continuado em uma economia e tentando estabelecer uma conexão para explicar como ele ocorreria, e ainda, analisa o momento de uma interrupção no processo de crescimento ou a saída do ponto de equilíbrio e suas prováveis consequências.

No final de 1960, o economista americano Robert Solow constrói uma nova teoria do crescimento econômico, utilizando funções de produção onde o produto de uma economia seria decorrente da combinação dos fatores: capital, trabalho e progresso tecnológico. Outros teóricos, como Paul Romer (1987) e Robert Lucas (1988) sugerem que o papel do capital, incluindo o capital humano (investimento nas habilidades do trabalhador), é maior do que o medido pelo esquema de crescimento de Solow. A ideia básica dessa nova pesquisa é o fato de que o investimento de capital, seja em máquinas ou em pessoas, cria fatores externos positivos, isto é, o investimento aumenta não somente a capacidade produtiva da empresa investidora ou do trabalhador, como também a capacidade produtiva de outras empresas e trabalhadores similares (SACHS, 1998).

O modelo desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) deve ser observado como uma tentativa de romper com o modelo dependente de crescimento econômico que provocou a fragilidade nos países atrasados, não propiciaram o desenvolvimento e apenas modificou as formas de dependência. Defenderam a necessidade de intervenção estatal na economia para estruturar a industrialização nos países latino-americanos. Com suas ideias desenvolvimentistas, o planejamento ganhou força, como instrumento técnico-político de intervenção do Estado, tornando-se o regulador das distorções do sistema econômico periférico (OLIVEIRA, 1983).

ELEMENTOS DE CRISE

Na prática, os modelos não conseguiram romper com o processo de subordinação das economias da América Latina e, especificamente, da economia brasileira ao mercado externo dominado pelos países centrais, elas continuaram a ser, em maior escala fornecedora de matérias-primas. Além disso, uma porção da sociedade dos países periféricos, detentora de riqueza acumulada, contribuiu para a solidificação do modelo dependente ao dirigir suas demanda para produtos manufaturados e de capitais vindo dos países centrais, enfraquecendo o já incipiente mercado interno, e conseqüentemente, reduzindo a poupança interna e, por conseguinte, a capacidade de investimento da economia para um crescimento autônomo.

O aspecto econômico se agrava quando colocam em discussão as questões sociais e ecológicas tais como o Brasil, onde há desigualdades intraurbanas, entre áreas rurais e urbanas e, sobretudo, entre regiões.

Os reflexos no Brasil do esgotamento dos modelos de crescimento econômico adotados nas últimas décadas, na ótica econômica, perpassaram inicialmente por longos períodos de desequilíbrios macroeconômicos, mais incisivos no período anterior ao Plano Real de Estabilização. Na questão do papel do Estado, afetado por uma crise fiscal e propostas de desestatização, levando a perder sua capacidade de prover com qualidade: educação, segurança, justiça, regras estáveis e políticas de fomento empresarial.

Na ótica ambiental, de acordo com Novaes (2000), os impactos se evidenciam pelo uso inadequado do solo, com ocorrência de acidificação, salinização, erosão e desertificação, afetando a sua capacidade produtiva

e assim como de outros recursos naturais, como os hídricos, perda crescente de biodiversidade, fato grave ao saber-se que o Brasil abriga cerca de 20% do número de espécie conhecida pela ciência, contida na sua floresta tropical úmida da Amazônia e da Mata Atlântica.

Quanto ao aspecto social, pensava-se que, no Brasil, os modelos de crescimento econômico propiciariam um processo automático de distribuição de riquezas. Contudo, o que se verificou foi o aumento da distância entre a massa de trabalhadores assalariados e as demais parcelas da sociedade.

UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

Uma nova concepção de desenvolvimento qualificado como sustentável tomou forma, em virtude das crises descritas anteriormente, ocorridas tanto nos países industrializados quanto aqueles em desenvolvimento. Denotam que as teorias idealizadas para permitir um processo de rápido crescimento econômico das forças de produção (bens materiais), especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, não conseguiram ser disseminadas a outras atividades humanas

Conforme observa Cavalcante (1998, p.15), os modelos de desenvolvimento econômico não conseguiram atingir seus objetivos, quanto à “satisfação das complexas necessidades dos seres humanos”. As ações conduziram à má qualidade de vida, denotadas por aspectos como a poluição dos rios e mares, desflorestamento, desordenamento urbano, má distribuição de riquezas, desemprego e miséria.

Na concepção de um outro desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável – Sachs (1986, p.133) considera o Estado como o agente que deve realizar a manutenção do equilíbrio entre o curto e o longo prazo, harmonizando os objetivos sociais, econômicos e ecológicos do desenvolvimento e mantendo as suas funções alocativas, produtivas e de redistribuição da riqueza. Contudo, deve iniciar um processo de valorização dos espaços locais, concedendo autonomia para ações de desenvolvimento. As dimensões do desenvolvimento sustentável são: Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Espacial e Sustentabilidade Cultural.

As descrições das dimensões da sustentabilidade demonstram o quanto deve haver pluralidade de participações do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil nas estratégias de desenvolvimento. Um dos requisitos básicos para haver a implantação do novo modelo é não permitir que estratégias de tal porte e extensão fiquem à mercê do livre mercado, justificando uma ação em conjunto.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Originalmente, desenvolvimento local é definido, segundo Ammann (1992), como um processo por meio do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com a finalidade de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrá-las na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país.

O desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo, caso ocorra o contrário, há possibilidade das mudanças geradas desde o exterior não se traduzirem em efetivo desenvolvimento e não se internalizarem na estrutura social, econômica e cultural local (ou municipal), perdendo-se a probabilidade de desencadear a elevação das oportunidades, dinamizarem a economia e aumentar a qualidade de vida por longo prazo.

A relação entre desenvolvimento local e o sustentável é abordada por Buarque (1999, p.32). O autor reúne os dois conceitos, caracterizando desenvolvimento local sustentável como um processo de mudança social e de elevação das oportunidades, considerando como seus objetivos: a melhoria da qualidade de vida e a equidade social; a eficiência e o crescimento econômico, os quais constituem pré-requisitos fundamentais, porém não suficientes para o desenvolvimento sustentável; a conservação ambiental, decisiva para assegurar qualidade de vida das gerações futuras e a equidade social de forma contínua no tempo e no espaço.

O MUNICÍPIO DE PIRANHAS-AL: UM SERTÃO À BEIRA-RIO

Este trabalho, ao abordar a temática da água, pobreza e política pública, privilegia a microrregião alagoana do sertão do São Francisco

como base de análise, formada pelos municípios de Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado e Piranhas, porque todos eles são cortados pelo rio São Francisco e foram submetidos a projetos e programas públicos, especificamente federais, recebendo consideráveis recursos ao longo das últimas décadas, mas continuam apresentando índices desfavoráveis de desenvolvimento humano.

LOCALIZAÇÃO, HISTÓRIA, NATUREZA, SOCIEDADE E ECONOMIA

O município de Piranhas localiza-se na microrregião alagoana do sertão do São Francisco, juntamente com Delmiro Gouveia e Olho D'água do Casado, distando 291 km de Maceió. Situa-se na parte sudoeste do Estado de Alagoas, à margem esquerda do Rio São Francisco, e apresenta uma área total de 547 Km². Limita-se ao norte, com o município de Inhapi; ao sul, com o Rio São Francisco; a leste, com os municípios de São José da Tapera e Pão de Açúcar; e a oeste, com município de Olho d'Água do Casado.

O município de Piranhas é um dos mais antigos de Alagoas à margem do São Francisco, onde, na segunda metade do século XVIII, teve início o seu povoamento, local onde hoje é Piranhas de baixo e Entremontes. Logo se tornou um entreposto comercial importante na região, aproveitando da navegabilidade no baixo São Francisco (FURTADO & ZANCHETTI, 2003).

No período dos governos militares (1964-1985), Piranhas ficou estagnada. Mesmo com o fim do regime em 1986, a cidade parecia esvair-se, a ponto de, neste mesmo ano, contar com uma população de apenas 1.200 habitantes (RODRIGUES, 1999). Entretanto, no ano seguinte, o destino da cidade e de seu município começou a mudar, graças a um projeto de âmbito federal da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco – Chesf, objetivando elevar a geração de energia elétrica no Nordeste, a ser implantado entre os municípios de Piranhas e Canindé do São Francisco. A Usina Hidrelétrica de Xingó provocou profundas transformações nos meios econômico, social, ambiental e cultural desses municípios, tendo como exemplo o fluxo migratório de 10.000 pessoas no período. Assim, pode-se então observar que, ao longo do tempo, as associações de navegação (ferrovia, comércio, usina, energia) foram primordiais para as mudanças no município.

A economia do município é baseada no setor primário e terciário. Entretanto a implantação da Usina Hidrelétrica de Xingó provocou uma contribuição maior do setor secundário para a formação de riqueza, particularmente, devido aos repasses de recursos da usina para o município, a título de compensação por utilizar o território e seus recursos naturais. Assim, o setor industrial, apresentou uma contribuição de 63%, o setor de serviços 22%, seguido da agropecuária com 15%, no ano de 2002 (SEPLAN/ALAGOAS, 2003).

Nas atividades econômicas tradicionais, destaca-se a pecuária bovina, desenvolvida de forma extensiva, com o gado mestiço, associado à criação de caprinos, ovinos e suínos. Na agricultura, a produção em pequena escala de milho, feijão, algodão e mandioca, cultivadas nos terrenos áridos da caatinga, estão sujeitas às estiagens periódicas.

AS POLÍTICAS: AÇÕES OFICIAIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

No âmbito da geração de energia elétrica, ocorreu a implantação da Usina Hidrelétrica de Xingó com um custo total do projeto estimado em US\$ 3,20 bilhões, e o custo da energia gerada em torno de US\$ 23,00 por MWH produzido, sendo considerado um dos mais baixos do país. Devido ao seu grande porte, a usina trouxe alterações para o meio ambiente, mobilizando instituições ambientais para exigir da CHESF um compromisso de prestar serviços ambientais à região, traçados no Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina (CHESF, 2003).

Em relação à assistência social, os indicadores negativos levaram o município a integrar o Projeto Alvorada, uma iniciativa do Governo federal, a partir do ano de 2000, associado a outras esferas públicas e a sociedade civil, como parceiros e gestores. O projeto passou a identificar e cadastrar as famílias de baixa renda, avaliando sua situação socioeconômica e encaminhando-as para atendimento prioritário nos serviços existentes, como: Programa de saneamento/redução da mortalidade infantil; Programa bolsa-alimentação; Atenção básica à saúde/Programa Saúde da Família – PSF (SEAS/ALAGOAS, 2002).

O Projeto Amanhã, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codesvasf pretendia preencher a lacuna quanto à geração de emprego e renda, fomentando a organização e a capacitação

dos jovens rurais dos vales do São Francisco na faixa etária de 14 e 21 anos, para atuarem em empreendimentos agropecuários e agroindustriais. Outras atividades correlatas do projeto tratam da educação ambiental, prevenção contra drogas, controle de endemias e programas de saneamento básico, cidadania, higiene, saúde e segurança.

O Banco do Nordeste (BN) desenvolveu atividades no semi-árido por meio do programa Farol do Desenvolvimento. Tratava-se de um Fórum participativo de discussão e viabilização para o desenvolvimento sustentável no âmbito dos municípios. Em Piranhas, buscou viabilizar ações coletivas como: elaboração da visão de futuro do município; seleção das atividades que teriam sua cadeia produtiva estruturada; análise do perfil mercadológico e ampliação das oportunidades de financiamento aos setores produtivos no município (BANCO DO NORDESTE, 2003).

Uma das últimas grandes ações da Sudene, antes da sua extinção no ano de 2000, ocorreu por intermédio do Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca de 1998 a 1999. Tendo como objetivo prestar assistência às populações afetadas pela seca, com a ampliação da oferta de água, alimento e renda aos trabalhadores (GOMES, 2001).

O Instituto Xingó é uma iniciativa multidisciplinar que envolveu a Chesf, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe, e as estaduais como a Universidade Estadual da Bahia (UNEB). O objetivo macro do programa é a utilização da infra-estrutura física e social que foi montada para dar suporte à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó como fator indutor do desenvolvimento regional, com linhas de atuação nas áreas de: educação, fontes alternativas de energia, recursos hídricos e qualidade da água; aquicultura, turismo e hotelaria, arqueologia e patrimônio histórico; ecologia e biodiversidade da caatinga; atividades agro-pastoris e solo, clima e meio ambiente (INSTITUTO XINGÓ, 2002).

A Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado de Alagoas inaugurou, no ano de 2003, a Unidade Escola de Beneficiamento de Pescado de Xingó, tendo como finalidade a transferência de tecnologia e capacitação de técnicos e produtores da região, dentro de um projeto de desenvolvimento da piscicultura.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com a Secretaria Executiva de Educação

Estadual (SEEE/ALAGOAS), programou um núcleo de Educação Ambiental procurando estimular a participação de diferentes segmentos sociais na gestão do meio ambiente, por meio de ações que propiciassem a melhoria ambiental e contribuíssem para melhoria da qualidade de vida.

No ano de 2002, foi lançado o Projeto de Tombamento da cidade de Piranhas, contando com as iniciativas da Ufal e da Chesf, além do engajamento em caráter de parcerias, das Secretarias Executivas de Estado da Cultura e do Turismo, da Prefeitura de Piranhas, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN Regional/AL) e do CNPq. (FURTADO & ZANCHETI, 2003)

A PERSISTÊNCIA DA POBREZA E A ECONOMIA SEM PRODUÇÃO

Piranhas é considerado um dos municípios mais privilegiados por intervenções oficiais no Estado de Alagoas. As ações implantadas provocaram algumas mudanças no perfil de sua infraestrutura básica, educação e saúde, mas pouco conseguiu contribuir para minimizar a concentração histórica de renda e suavizar o fosso social entre ricos e pobres. Um aspecto importante é a dependência da “economia sem produção”, onde uma parcela da população é beneficiada por uma transferência de renda, sem existir a contrapartida de prestação de serviços produtivos, seja via uma espécie de bolsa (família) ou previdência social, situação mais contundente na zona rural, representando para famílias o único fluxo financeiro seguro, em contrapartida da renda instável oriunda de safras agrícolas.

PIRANHAS - SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE

Serão analisadas a seguir as interrelações entre esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) sociedade civil e iniciativa privada. Os agentes oficiais, descrevem suas funções como instituições voltadas a propiciar o desenvolvimento da comunidade, com linhas de ações criadas a partir de debilidades encontradas no município, como: combate à seca, geração de emprego e renda, meio ambiente, educação, energia, patrimônio histórico, crédito, assistência social, entre outros, objetivando tentar reverter o quadro desfavorável.

Uma dificuldade apresentada pelos atores sociais para atingir os objetivos propostos nas ações de desenvolvimento são as limitações de recursos materiais e humanos, desdobrando-se em limitações institucionais, políticas, orçamentárias e de recursos humanos. Elas demonstram a reduzida prioridade das esferas governamentais dada ao município. É comum o uso de banco de dados com falhas de informações, tecnologias inadequadas e não realizações de cooperações técnicas entre as instituições.

Um outro problema constatado é a insuficiência de mão-de-obra técnica a disposição das instituições para cobrir áreas extensas como a região semi-árida alagoana, sendo assim, não poderia atuar de forma eficiente em Piranhas. Além disso, há instituições que não acham interessante manter instalações físicas, alegando dificuldades orçamentárias, restringindo a execução e o nível de cobertura dos projetos.

Os projetos, geralmente, são estruturados na esfera Federal que indica as áreas de atuação, público-alvo e volume de recursos, cabendo aos órgãos do Estado a coordenação e a esfera municipal a execução. Esta visão hierárquica acaba não sendo posta em prática, sendo comum a sobreposição de programas/projetos. As razões passam por falta de uma articulação entre as entidades públicas, multiplicidade das ações e falta de aglutinação de esforços, resultando em perda de eficácia e conseqüente insucesso.

A iniciativa privada da localidade é totalmente alijada dos processos de formulação dos programas e projetos. A sua estrutura é formada por micro e pequenos negócios, todos de caráter familiar, possuindo em média quatro funcionários, aproveitando as pequenas possibilidades existentes no ramo do varejo, da pecuária de corte e leite e da agricultura.

As informações relatadas pelos diversos atores oficiais indicam que as políticas públicas permanecem pela obsessão da água e utilizando soluções hidráulicas, mesmo na margem do rio São Francisco. Ações deste tipo, mesmo com novas formas, acabam redundando em caráter assistencialista e eleitoreiro, com clara descontinuidade, pressupondo ações de emergências e não uma estratégia a longo prazo.

Em relação à instalação da Usina de Xingó, avaliam como impacto positivo o aumento da receita municipal, como o pagamento da Chesf de um valor mensal estimado em cem mil reais a Piranhas, devido ao uso de suas terras pelos equipamentos da usina. Segundo o representan-

te da Chesf¹, os recursos propiciam à administração do município condições de melhorar o perfil da localidade. No contexto dos impactos negativos, na opinião do Prefeito no ano de 2003, a interrupção das cheias naturais e os danos ambientais estão levando o rio a necessitar de um processo de revitalização. Apesar dos problemas, não há debates entre a empresa e a população do município na busca de medidas reparadoras. Segundo ele no relacionamento da Chesf com a população prevaleceu à estratégia do fato consumado, ou seja, a geração de energia elétrica é o interesse maior da nação e os problemas decorrentes do processo serão resolvidos na medida do possível.

As concepções do gestor municipal sobre a Chesf, sempre estão na questão do passivo social, ilustrando seu descontentamento com as ações da empresa, principalmente quando se trata da relação custo-benefício. Em sua estimativa, os recursos aplicados em investimentos no Nordeste atingiram o montante de 30 bilhões de dólares em 50 anos de ação, por meio do complexo de barragens, usinas hidrelétricas e termelétricas, tendo Xingó custado três bilhões e 200 milhões de dólares. Desta forma, faz uma indagação²: “Tem alguma região do mundo que recebeu nos últimos 30 a 40 anos investimentos na ordem de 30 bilhões de dólares e mesmo assim é uma das regiões mais miseráveis do planeta?” A Chesf argumenta que tenta minimizar os impactos com algumas medidas de política ambiental por intermédio de seu Departamento de Meio Ambiente (DMA).

Os dados demonstram o quanto o atendimento das necessidades básicas da população é limitado e dependente das ações oficiais e não oficiais, denotando uma sociedade com discrepâncias relevantes no direito de uso ou consumo de bens e serviços. Assim, é inegável que a marca do município é o elevado grau de desigualdade social.

O fato de estar no semi-árido poderia justificar de forma unilateral sua condição de pobreza. Contudo, a infinidade de projetos desenvolvidos em sua territorialidade ao longo dos últimos anos e a presença do canal natural do rio São Francisco, vem comprovar as teorias de Furtado

¹ Informações do representante da Chesf, em entrevista arquivada em meio eletrônico em 20/09/03.

² Prefeito de Piranhas no ano de 2003 – em entrevista gravada e arquivada em meio eletrônico em 20/08/03.

(1998) de que a pobreza do Nordeste não é consequência da seca, mas sim do subdesenvolvimento e da exploração da região pelas classes dominantes nordestinas, sendo um problema muito mais social do que natural.

SOB UMA ÓTICA SUSTENTÁVEL

As análises identificaram uma gama de projetos utilizando o rio São Francisco. Em sua maioria a utilização é indireta, como no caso da educação ambiental ou do turismo rural, por meio das propriedades rurais localizadas em suas margens ou, de forma direta, como a produção de energia elétrica pela Chesf.

O Comitê de Bacias do São Francisco³ tem como plataforma de discussão junto ao Governo federal o projeto de revitalização do rio São Francisco. O diagnóstico da sua bacia hidrográfica demonstra um quadro ambiental adverso, chegando ao extremo do rio ter dificuldade para realizar seu curso normal para o Oceano Atlântico.

O projeto de revitalização também é colocado como prioridade pelo representante da ONG Instituto de Pesquisas e Preservação Ambiental⁴ (IPPA), que atuou em parceria com a Codevasf nos estudos iniciais das proposições de intervenções no rio. Nele, constataram a necessidade de ações para minimização dos impactos ambientais, em função dos resultados negativos dos estudos de morfologia, de hidrologia, de sedimentos e de assoreamento das margens do rio.

A Chesf, entre outros projetos, coloca o projeto de revitalização como uma necessidade básica do rio e participa do projeto como uma condição necessária para a manutenção da sua Licença de Operação da Unidade Hidrelétrica de Xingó, fornecida pelo Ibama. Assim, criou um projeto de sementeira, onde fornece muda de espécies nativas da caatinga para o plantio da mata ciliar e criou uma Unidade de Conservação no entorno de Xingó.

O Ministério da Integração Nacional (MIN), na área ecológica tem como projeto a instalação de um controle de sensoriamento remoto, por

³ Representante do Comitê da Bacia do rio São Francisco em entrevista gravada, concedida em 13/08/03.

⁴ Representante do IPPA em entrevista gravada e arquivada em meio eletrônico, concedida em 24/07/03.

meio do uso de monitoramento via satélite em todo o Vale do São Francisco, buscando detectar os pontos de erosão nas margens do rio. Acompanhado de medidas de monitoramento do nível freático, o reflorestamento da mata ciliar, a implantação de ações para evitar o carregamento de material para o leito do rio. Os valores financeiros do projeto estão estimados em R\$ 620 milhões para saneamento básico, R\$ 26 milhões para gastos até o fim deste ano de 2004 e R\$ 100 milhões no ano de 2005. (MIN/BRASIL, 2004)

ENFOQUE SOCIAL E ECONÔMICO

Na esfera Federal, a Sudene⁵ colocou com o projeto estratégico para o município a educação, pela alfabetização de jovens e adultos, sendo uma solução a longo prazo para minimizar a pobreza. Além disso, preconizou ações de médio prazo, como: a eletrificação da zona rural e o acesso ao crédito barato e acessível, a fim de propiciar pequenas unidades produtivas de queijo, redes e calçados.

O Banco do Nordeste⁶ pretendia expandir suas linhas de crédito por meio do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B), com créditos em torno de R\$ 500,00 para pessoas pobres. Crédito, também, para capital de giro das artesãs do município. Estruturou um banco de dados contendo dados da demografia, da concentração de renda, da saúde, da educação e da arrecadação municipal, para facilitar análises de potencialidades.

O Sebrae-AL⁷ tinha como principais projetos a formação de cooperativas e associações para diminuir a pobreza da comunidade. Além de atividades ligadas ao turismo e a piscicultura pela possibilidade de agregar um número maior de recursos humanos ociosos.

A Codevasf propõe projetos que visam à reestruturação da base produtiva da região, transformada pela construção da hidrelétrica de

⁵ Representante da Sudene-AL, em entrevista gravada em 21/01/03.

⁶ Representante do Banco do Nordeste – Superintendência de Alagoas, em entrevista gravada em 29/08/03.

⁷ Representante do Sebrae-AL, em entrevista gravada em 28/08/03.

Xingó. Destacando-se a rizicultura, a piscicultura, a fruticultura, o turismo e a pecuária leiteira.

Outra iniciativa é o desenvolvimento de um pólo de confecções, aproveitando a base de tecidos do município vizinho, Delmiro Gouveia. Há incentivos para a criação de caprinos e ovinos para abastecer o mercado regional e proporcionar geração de renda na comunidade. Os projetos ainda estão em nível de implantação e com resultados a médio prazo.

As ações de irrigação no semi-árido são consideradas como uma das redensões de Piranhas por muitos atores oficiais. Entretanto, a prefeitura foi taxativa ao afirmar que o município não tem condições de financiar isoladamente projetos de irrigação, ficando dependente das iniciativas das outras esferas governamentais.

A iniciativa privada local age apenas na forma do assistencialismo e procura realizar, como meio mais consistente de mitigar a pobreza do município, ações voltadas à criação de novos postos de trabalho. Entretanto, dizem que, por se trata de micro e pequenas empresas, a maior parte na economia informal, não conseguem ampliar seus negócios e, por conseguinte realizar mais contratações.

Na ótica dos órgãos da sociedade, deveria haver programas de convivência com o semi-árido, enfocando o reflorestamento e planos de manejo da caatinga, pois esta representa uma fonte de subsistência para a comunidade rural do município. Um projeto de unidade de conservação deveria ser implantado, bem como construir pequenos canais oriundos do rio São Francisco na tentativa levar água a algumas partes próximas ao rio.

Desta forma, pode-se concluir que os diversos programas sugeridos para tentar reverter à situação para um contexto mais favorável perpassam pelas áreas de controle ambiental, educação de jovens e adultos, educação ambiental, agricultura familiar, gestão dos recursos hídricos, possibilidade de crédito e preservação do patrimônio histórico. Entretanto os projetos listados só serão efetivos para a comunidade, se conseguirem romper com a prática comum das políticas oficiais governamentais: a transferência de responsabilidades. Neste caso, repassa as responsabilidades para o Governo estadual e este, por sua vez, repassa para o Governo federal, que acaba não fazendo nada.

Neste contexto, a forma de proporcionar o desenvolvimento sustentável ao município de Piranhas deve preconizar a inserção da comu-

nidade no processo decisório, como foi efetuado na pesquisa de campo. Assim, os projetos listados têm mais possibilidade de sucesso, fruto de um processo de metodologia participativa, onde todos os agentes sociais realizam seus diagnósticos de localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecções de planos integrados de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa ao realizar-se uma pesquisa em uma região semi-árida, mas que possui um rio perene como o São Francisco, seria encontrar condições para se atingir qualidade de vida, já que os discursos oficiais para legitimar as dificuldades dessas regiões estão referenciados nas restrições do balaço entre oferta e demanda de recursos hídricos, com déficits constantes no sertão brasileiro. Contudo, no decorrer do trabalho, foi possível verificar que o discurso do fenômeno da seca, como a maior calamidade da área semi-árida não se sustenta: o problema não é a água, é a política da água, como se observa no bolsão de pobreza em Piranhas, uma das cidades mais antigas da margem do rio São Francisco.

As soluções políticas adotadas para combater a pobreza no município trazem medidas de caráter hídrico e programas de assistencialismo, visando à provisão de meios de subsistência aos mais carentes, mas com pouca efetividade no tocante a ações que possibilitem a equidade social, não conseguindo diminuir ao longo do tempo os desequilíbrios sociais e garantir a cidadania aos excluídos.

Uma forma de alterar os processos reprodutores da desigualdade e da pobreza passa por mudanças no comportamento dos agentes sociais, que interagem em termos de colaboração. Não deveriam as pessoas de uma localidade ser transformadas em beneficiárias passivas e permanentes de programas estatais assistenciais, que chegam como uma imposição de direta e vertical, como aconteceu em Piranhas. O correto seria estimular a criatividade da comunidade local para enfrentar coletivamente os problemas, apoiadas pelas instituições do Estado, em suas três esferas, possibilitando o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ACKLEY, Gardner. *Teoria macroeconômica*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- BANCO DO NORDESTE. *O Banco do Nordeste em Piranhas - AL*. Fortaleza: Banco do Nordeste. Série Balanço Social dos Municípios, 2003.
- BARROSO FILHO, João. *Economia neoclássica em exercícios*. Maceió: Edufal, 1995.
- BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: INCRA/IICA, 1999.
- CAVALCANTE, Enoque Gomes. *Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- CHESEF. *Bacia do São Francisco*. Disponível em: http://www.chesf.gov.br/xml_baciahidrografica_baciariosaofrancisco.php.
- COLMAN, David. *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Campus; 1983.
- FURTADO, Celso. *Entrevista com Celso Furtado*. Entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Pereira. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 1998.
- FURTADO, Ricardo Cavalcanti & ZANCHETI, Sílvio Mendes (Coord). *Piranhas: proposta de tombamento e plano de gestão*. Recife: L. Dantas da Silva Editor/Cesf. 2003
- GOMES, Gustavo Maia. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos Cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.
- INSTITUTO XINGÓ. *Unidades de atuação*. Disponível em: <http://www.programa-xingo.gov.br/htm>.